

A GEOGRAFIA NO CONTEXTO ATUAL: UMA BREVE REFLEXÃO

Domingas Simplício
Departamento de Geociências
Universidade de Évora

Artigo de Revista:

Inforgéo, nº 25

Coordenação: João Ferrão e Rui Pedro Julião

Edição: *Impressão Eurodois*

Depósito Legal: 109329/97

ISSN: 0872-6825-20

A GEOGRAFIA NO CONTEXTO ATUAL: UMA BREVE REFLEXÃO

Tal como para a generalidade das áreas do conhecimento, também para a Geografia se assistiu, ao longo dos últimos 25 anos, a uma profunda evolução quer do respetivo campo de atuação, quer dos meios e recursos tecnológicos disponíveis para concretizar o objeto de uma ciência que continua a ser, como refere P. George citado por Tormo (2009), metodologicamente heterogénea.

É certo que o princípio fundamental da ciência geográfica continua a radicar na relação que se estabelece entre o Homem e o meio natural em que se insere e que os respetivos pilares fundamentais, como os sintetiza Tonda Monllor (2010), permanecem na estrutura do seu objeto de estudo: a distribuição dos fenómenos naturais e das ações do Homem sobre a superfície terrestre, bem como a estruturação espacial destes fenómenos, a situação e a localização que permitam apreender o posicionamento nos âmbitos locais e mundiais e a análise e interpretação das relações entre o Homem e a sua envolvente e dos reflexos dessas relações na organização das sociedades. De facto, o espaço geográfico deve ser entendido como um espaço social suportado, num contexto em que a sustentabilidade assume crescente relevância, pelo meio físico.

Perante este campo de atuação, é também evidente que a Geografia permanece na interseção entre as ciências humanas e sociais e as ciências naturais, com as vantagens, mas também com pressões daí decorrentes, designadamente a potencial sobreposição com outras áreas de atuação científica; mas é também esta uma das vertentes mais marcantes que a formação em Geografia proporciona: a capacidade para integrar equipas técnicas pluridisciplinares envolvidas na formulação das estratégias de intervenção e de promoção de um adequado ordenamento territorial.

Considerando que, nas suas múltiplas vertentes, o planeamento assume cada vez mais uma visão estratégica e de definição de modelos que enquadrem as grandes linhas de atuação futura, é importante garantir que o contributo da Geografia seja reforçado através da sua vocação prospetiva (que permite a formulação de cenários futuros), da

desejável proatividade e capacidade de iniciativa e da visão global das problemáticas do planeamento e do ordenamento do território (Colégio de Geógrafos da Andaluzia, 2007).

No contexto atual, marcado por uma rápida evolução nos campos político, social, económico, ambiental e tecnológico, a Geografia do Séc. XXI deve, como defende Tormo (2009), reforçar o seu papel de ciência útil para a sociedade e assegurar o suporte estruturante do ordenamento do espaço geográfico.

É por isso que esta nova Geografia não pode deixar de ter em conta os conceitos que marcam, desde os finais do século passado, a organização das sociedades. A designada revolução da tecnologia da informação constitui um desses importantes conceitos, já que se reflete, no campo de atuação da Geografia, tanto na quantidade e qualidade da informação que é possível recolher, tratar e disponibilizar, como nos métodos e procedimentos que suportam esses processos; a massificação do uso do computador e da Internet, os sistemas de posicionamento global, as imagens de satélite e a deteção remota são algumas das tecnologias que se enquadram nesse conceito e que conduzem a novos enquadramentos em que assenta a Geografia do Séc. XXI.

Inseridas no âmbito da revolução tecnológica, assumem particular relevância as funcionalidades proporcionadas pelos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), desde logo por constituírem excelentes ferramentas para armazenar, gerir, analisar e disponibilizar os dados e a informação que apresentem uma componente geográfica (Laming, 2005). O recurso aos SIG permite o uso de métodos e tecnologias geográficas para fundamentar e apoiar a tomada de decisões em áreas como o planeamento e gestão territorial, a proteção do ambiente e recursos naturais, as intervenções em situação de emergência, a educação e investigação, a análise de risco e os negócios. Por isso, Claudino (2005), defende que, sobretudo na sua intervenção sobre o território, os geógrafos devem recorrer às potencialidades dos SIG.

Se as capacidades dos SIG já eram relevantes quando a sua utilização exigia conhecimentos técnicos aprofundados, designadamente para potenciar as

funcionalidades de geoprocessamento e a formulação de simulações e modelos de interpretação da realidade geográfica, o acesso a essas funcionalidades por parte dos utilizadores comuns e assente em plataformas como a Internet e as comunicações móveis confere-lhes ainda maior atualidade, mas deve igualmente implicar redobrada atenção por parte da comunidade geográfica no sentido de garantir que a quantidade da informação em circulação não comprometa a sua qualidade e rigor. Ao geógrafo deve ainda competir a missão de evitar que o recurso às ferramentas informáticas, designadamente aos SIG, conduza ao processamento meramente automático da informação e assegurar a imprescindível incorporação dos seus conhecimentos técnicos e científicos na validação dos resultados obtidos. Como salienta Julião (1999), no âmbito do modelo organizativo assente na Sociedade de Informação, deve ser potenciado o contributo da ciência geográfica e do saber fazer dos geógrafos.

Ainda em articulação com as novas tecnologias e a sociedade da informação, considera-se que, nestas primeiras décadas do Séc. XXI, a Geografia enfrenta ainda o debate em torno do seu papel num mundo globalizado, em que conceitos como espaço, localização e distância, entre outros, devem ser reequacionados.

No seu artigo “Diverse Approaches to the Importance of Geography: the Death of Geography or Geography Matters in the Information Age!”, Jakoby (2009), expressa, logo no título, o confronto entre duas perspetivas: para uma, por oposição ao convencional, o espaço tende a ser predominantemente virtual, a localização é subalternizada pela independência espacial e a importância da distância física diminui significativamente, ao contrário da inserção em redes de cooperação mundialmente interligadas e assentes no ciberespaço; para outra, a geografia não assenta meramente no espaço físico, mas entende-o também numa perspetiva relacional, salientando que as redes tecnológicas não estão uniformemente distribuídas no espaço e que os servidores informáticos, os cabos de fibra ótica e os satélites, mesmo quando permitem o acesso instantâneo aos dados e a computação “em nuvem”, estão alojados no espaço físico, passível de referenciar geograficamente.

Assim, considera-se, como Jakoby (2009), que mais do que alimentar esta dicotomia entre os conceitos de proximidade física e virtual, de espaço geográfico e ciberespaço, ao geógrafo do Séc. XXI cabe reconhecer que eles se complementam e entrecruzam e que a Geografia mantém a sua importância, mas deve adaptar-se às novas realidades.

Outro processo que marca a Geografia do Séc. XXI e que influencia toda a sociedade, numa escala quase universal, é a globalização, que ganhou, a partir do final do século passado, maior expressão em resultado dos avanços nos setores dos transportes e comunicações, da expansão do comércio livre e da revolução tecnológica, com destaque para a Internet.

As implicações deste processo articulam-se com o que Gaspar (2000) designa por um “novo mapa político do mundo”, marcado pela hegemonia económica, política e militar dos EUA, a que, mais recentemente, se junta a ascensão da China e a emergência das novas economias; consequentemente, Gaspar (2000) fala igualmente de um “novo mapa económico, social e geográfico, que resulta da mundialização das trocas e globalização de fluxos de pessoas e bens e da informação”, traduzindo-se numa crescente interdependência das atividades económicas e culturais. Neste contexto, o facto de uma decisão política ou económica tomada num qualquer lugar do globo se poder repercutir, quase de imediato, a muitos milhares de quilómetros de distância, constitui mais um desafio para a intervenção dos geógrafos do Séc. XXI.

Embora à globalização esteja principalmente associado um enquadramento económico, não pode a perceção geográfica desse processo ignorar as suas repercussões em matérias como o ambiente e os recursos naturais, as alterações climáticas, os conflitos culturais, religiosos ou étnicos, os movimentos demográficos e as questões relativas à ética e direitos humanos.

Para concluir, importa apresentar uma referência à disponibilização do curso de Geografia na Universidade de Évora. Criado em 2003/2004, o curso teve a sua estrutura curricular reajustada em 2012, procurando, naturalmente, atender aos conceitos e preocupações anteriormente apresentados. Se a criação do curso se

insere, no que Claudino (2005) designa como “um sinal indiscutível da vitalidade da Geografia em Portugal”, a evolução recente da conjuntura económica e social do País acaba, inevitavelmente por se fazer sentir. Com efeito, o número de alunos inscritos atingiu o máximo (32) no ano letivo 2008/2009 e, numa evolução a que, certamente não será alheio o agravamento da referida conjuntura, situou-se nos 17-18 nos anos de 2011-2013. Por outro lado, para os 49 alunos entretanto licenciados (situação reportada a março de 2013), a afirmação no mercado de trabalho tem enfrentado as dificuldades sentidas quer na Administração Pública, quer na área empresarial. Assim, 15 dos 19 licenciados que já se encontravam empregados durante o curso e cuja situação era conhecida mantém essa situação, embora assumindo, por vezes, novas funções. Para os 30 licenciados sem emprego prévio, a situação não tem sido fácil, já que apenas 3 estão empregados na área da formação, 9 trabalham em área diferente e 13 não se encontram empregados (8 frequentam cursos de mestrado ou equivalente); para os restantes, a situação não é conhecida.

Resumidamente, nesta segunda década do Séc. XXI, a Geografia em Portugal encontra-se, de novo, numa encruzilhada: por um lado, ao geógrafo colocam-se novos e estimulantes desafios, potenciados pelas novas tecnologias e pela permanente necessidade de encontrar soluções para novos problemas; por outro, a situação conjuntural tende a colocar dificuldades à plena afirmação das capacidades, sobretudo, dos novos profissionais. Importa assegurar o ânimo e o empenho para que, nesta encruzilhada, rapidamente o primeiro rumo prevaleça sobre o segundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CLAUDINO, S. (2005), “A situação atual da Geografia e dos Geógrafos Portugueses – uma perspetiva”. Atas do X Colóquio Ibérico de Geografia, 16 p.
- Colégio de Geógrafos Andalucía (2007), “Geógrafos: Dossier de una Profesión Innovadora”. Ed. Colegio de Geógrafos-Andalucía, Sevilla.
- GASPAR, J. (2000), Perspetivas da Geografia para o século XXI, Lisboa, CEG, Apontamentos de Geografia, série investigação, nº 8.
- JAKOBI, A. (2009), “Diverse Approaches to the Importance of Geography: the Death of Geography or Geography Matters in the Information Age!”. Comunicação apresentada na

- Conferência “*Celebrating Geographical Diversity*”, Ayvalik, Turkey. Disponível em <http://www.herodot.net/conferences/Ayvalik/papers/geog-05.pdf>, (acesso em 07/03/2013).
- JULIÃO, R. (1999), “Geografia, Informação e Sociedade”. In GEOINOVA - Revista do Departamento de Geografia e Planejamento Regional, nº 0., pp. 95-108.
- LAMING, R. (2005), “Bringing Geography into the 21st Century”. Geographical Association, Sheffield, United Kingdom. Disponível em <http://www.geography.org.uk/aboutus/paper-sandresponses/> (acesso em 06/03/2013).
- TONDA MONLLOR, E. M. (2010), "De la geografía del siglo XX a la geografía del siglo XXI ¿Qué contenidos enseñar?". In: Geografía, educación y formación del profesorado en el marco del Espacio Europeo de Educación Superior. Madrid : Asociación de Geógrafos Españoles, 2010. Vol. II. ISBN 978-84-933457-4-7, pp. 821-840.
- TORMO, J. (2009), “Hacia una Geografía útil. El papel de la Geografía en el siglo XXI en España”, in Revista Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). São Paulo, Universidad Estadual Paulista (Brasil), pp. 7-27.